



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Política Social e Serviço Social

Sub-eixo: Política de Educação

A CONTRIBUIÇÃO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS) NA CONSTRUÇÃO DE UMA FORMAÇÃO PROFISSIONAL ANTIRRACISTA

VANESSA ISABELLA DOS SANTOS RAMOS¹

RESUMO

Destacamos a importância das entidades profissionais e o papel da ABEPSS se mostrou como fundamental no debate da formação profissional no serviço social numa perspectiva antirracista. Por meio de pesquisa bibliográfica e às legislações, infere-se como importante para socialização das aproximações com vistas a reconhecer a contribuição histórica da entidade no que concerne à pauta racial.

Palavras-chave: ABEPSS; Serviço Social; Formação profissional; Formação antirracista.

ABSTRACT:

We highlight the importance of professional entities and the role of ABEPSS proved to be fundamental in the debate on professional training in social work from an anti-racist perspective. Through bibliographical research and legislation, it is inferred that it is important for the socialization of approaches with a view to recognizing the historical contribution of the entity with regard to the racial agenda.

Keywords: ABEPSS; Social service; Professional training; Antiracist training.

INTRODUÇÃO

Segundo a definição fornecida pelo site da organização, se trata de uma entidade Acadêmica Científica, criada em 1946 como Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social – ABESS, que tem por função coordenar e articular o projeto de formação em Serviço Social na

¹ Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

graduação e pós-graduação. Seu princípio é a defesa da universidade pública, gratuita, laica, democrática, presencial e socialmente referenciada.

A partir da convenção de 1979, ocorrida após o Congresso da Virada, a organização assume a tarefa de estruturar e conduzir o projeto de formação profissional, com vistas a dar suporte a nova configuração teórica vinculada ao movimento crítico que emergia no serviço social.

Outro fator que corroborou no processo histórico de fortalecimento da associação foi a criação do Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais – CEDEPESS, na década de 1980, atendendo às necessidades do surgimento dos Programas de Pós Graduação a partir de 1972, sendo fundamental para a consolidação da ABESS.

Em 1982, foi aprovado o Currículo Mínimo para o curso de Serviço Social no Brasil e *“significou a afirmação de uma nova direção social hegemônica no seio acadêmico profissional, o que consolidou com a elaboração das Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social”* aceito pela categoria em Assembleia, no ano de 1996. Esse Currículo Mínimo foi parte do movimento que também culminou no Código de Ética de 1986 e, posteriormente, o de 1993. Em 1996, é criada a ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, suprimindo a ABESS e a CEDEPESS.

No ano de 1999, uma comissão de especialistas formada pelas assistentes sociais e docentes: Maria Bernadete Martins Pinto Rodrigo, Marilda Vilela Iamamoto e Mariângela Belfiori Wanderley, aprimoram as Diretrizes Curriculares para o curso de Serviço Social.

Quanto à forma de vinculação com a ABEPSS, segundo o estatuto também informado em seu site, pode ser a institucional Unidades de Formação Acadêmica em Serviço Social (UFAs) presenciais ou individuais.

A ABEPSS, a partir de seu compromisso com a formação, realiza eventos (encontros, fóruns e oficinas); organiza publicações, como a Revista Temporalis e Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs); promove a cada dois anos o Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS); além de zelar pela Política Nacional de Estágio (PNE) e defender as Diretrizes Curriculares.

O Grupo Temático de Pesquisa – GTP: Relações de exploração/opressão de gênero, feminismos, raça/etnia e sexualidades.

Os GTPs são as instâncias da ABEPSS que produzem e avançam em debates



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

fundamentais para ampliar a qualidade da oferta do ensino superior em Serviço Social. O GTP Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Feminismos, Raça/Etnia e Sexualidades, devido a especificidade de cada ênfase possui ementas individuais, são elas: 1) Sexualidades, identidades de gênero e direitos; 2) Relações patriarcais de gênero e raça; 3) Relações étnico-raciais e desigualdades/Antirracismo e Serviço Social; 4) Feminismos e Serviço Social.

A ABEPSS atualiza seu site com os relatórios dos GTPs para promover publicidade ao processo de construção e avanço dos trabalhos desenvolvidos. Sendo assim, no espaço dedicado ao GTP Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Feminismos, Raça/Etnia e Sexualidades, foram localizados três importantes documentos que apresentam o percurso e o acúmulo acerca do debate e proposituras da pauta na formação antirracista.

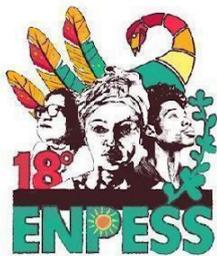
O Relatório e Planejamento do GTP biênio 2013-2014 apresenta que o grupo foi criado em dezembro de 2010, durante o XII ENPESS no Rio de Janeiro “[...] com uma estratégia coletiva de fortalecimento e visibilidade das discussões sobre as relações sociais de gênero, raça/etnia, geração e sexualidades no âmbito do Serviço Social”. E expõe que: “Este GTP tem como propósito propor e implementar estratégias de articulação entre grupos e redes de pesquisa na perspectiva de fortalecer as discussões acerca das temáticas de gênero, raça/etnia, geração e sexualidades no âmbito do Serviço Social”, ou seja, no primeiro quadriênio após sua criação, o mesmo já apresentou notáveis avanços no debate.

O Relatório ainda aponta que no Colóquio do GTP, realizado no ENPESS de 2012, foram apresentadas pesquisas sobre as ênfases e o debate da inclusão nas grades curriculares dos cursos de graduação em Serviço Social.

No Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) de Águas de Lindóia/SP (2013), houve uma discussão com a pauta: 1) Divulgação e Avaliação do GTP; 2) Divulgação do Seminário Nacional a ser promovido pelo GTP; 3) Discussão da Chamada para Envio de Trabalhos para a Revista Temporalis nº 27, - publicada em agosto de 2014 na temática do GTP. Relatório e Planejamento do GTP biênio 2013-2014 (p. 05,06). Na ênfase Raça/etnia houveram propostas.

No parecer em questão, o GTP também deu atenção à compreensão mais aprofundada entre o marxismo e o racismo, tema pouco tratado na produção acadêmica do Serviço Social, e que motivou a realização de entrevistas com profissionais da área das ciências humanas que se debruçam na discussão de alguma forma.

As observações tiradas no respectivo Colóquio indicavam a necessidade de orientação



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

dos cursos de Serviço Social em todo país para a inclusão de disciplinas, com as ênfases do GTP, sendo deliberado:

1. Sugerir na Assembleia da ABEPSS a inclusão de uma disciplina obrigatória no currículo do Serviço Social, que verse sobre as relações sociais de classe, gênero, raça/etnia e geração. Essa proposta foi encaminhada e a Assembleia a aprovou com unanimidade;
2. Promover um curso de formação em parceria com CFESS/CRESS, UFAs sobre as relações sociais de gênero, sexualidade, raça/etnia e geração... ; 3. Dar prosseguimento ao estado da arte e levantamento dos grupos de pesquisa sobre as ênfases do GTPs; 4. Criar uma página no facebook; 5. Promover um Encontro/Seminário do GTP; 6. Estimular a relação do GTP com movimentos sociais; 7. Fortalecer a comunicação e o diálogo entre as ênfases.

Identificou-se, portanto, que desde o primeiro quadriênio do GTP houve indicação para as UFAs quanto a implantação de disciplinas que atendessem a proposta da Educação no campo Relações Étnico-Raciais, com a referência de que estivessem na grade em momento anterior ou concomitante ao período obrigatório de estágio, em quando discentes entram em contato com a população usuária nos espaços em que supervisoras/es se vinculam. Ou seja, há pouco mais de uma década, a ABEPSS propõe esse avanço para a formação através do acúmulo realizado pelo GTP.

As propostas de ação para ênfase de raça/etnia realizadas no Colóquio foram:

Dar continuidade ao projeto: A questão étnico-racial e de gênero no âmbito do serviço social brasileiro. Mapeamento dos núcleos de pesquisa dos cursos de graduação e pós-graduação do Brasil. Realização de vídeos: Relações Étnico raciais e o marxismo, 2) Políticas Públicas com recorte de gênero e raça, 3) Formação Profissional e Serviço Social, 4) Trajetórias de Mulheres Negras no Serviço Social e 5) A produção do Conhecimento em Serviço Social e a questão étnico-racial. Realizar um levantamento dos TCC's escritos sobre o tema (raça/etnia) escritos no âmbito do Serviço Social. Produção de uma publicação específica sobre serviço social e racismo. Estimular articulação entre o GTP e as comissões de gênero e etnia dos CRESS da federação Construção do estado da arte da produção de conhecimento sobre relações sociais de raça/etnia e classe no âmbito do serviço social, nos cursos de graduação e pós graduação brasileiros. Provocar reflexão no âmbito da ABEPSS sobre o ensino (graduação e pós-graduação) das relações raciais e étnicas, no currículo dos cursos de Serviço Social, com base nas Leis 10639/2003 e 11645/2008, na Portaria 01, de 2004 do CNE. Sobre esse tema devemos garantir uma mesa no ENPESS, pois o mesmo tem suscitado debate, inclusive pelas comissões de avaliação de cursos do MEC, que tem cobrado das unidades de ensino para o credenciamento de seus cursos. Segunda Edição do II Colóquio de Relações Sociais de Raça/Etnia e Serviço Social com previsão para 2016. Realização de curso de formação para docentes, discentes e assistentes sociais sobre a temática étnico- racial e serviço social, em conjunto com as demais ênfases de GTP.

A Lei 10.639/2003, citada no documento, alterou a LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação de nº 9.394/1996, vigente em âmbito nacional para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” em estabelecimentos de Ensino Fundamental e Médio. Como também, incluindo ao calendário escolar o “Dia Nacional



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

da Consciência Negra”, celebrada em 20 de novembro, data que se tornou feriado nacional através da Lei nº 14.759 de 21 de dezembro de 2023, sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva – PT, e a Lei 11.645/2008 acrescentou ao texto da LDB os povos indígenas, dando as mesmas condições dos grupos de terem sua história reconhecida e estudada.

Na Resolução nº 1 de 2004, o Conselho Nacional de Educação instituiu Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Tais condutas guiam instituições de ensino que atuam nos níveis e modalidades da Educação Brasileira e, em especial, por fundações que desenvolvem programas de formação inicial e continuada de professores, visando a inclusão nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos, com a Educação das Relações Étnico-Raciais. Considerando o cumprimento ou descumprimento como item na avaliação do curso. A resolução traz orientações, princípios e fundamentos para o planejamento, execução e avaliação da Educação de cidadãos atuantes e conscientes no seio da sociedade multicultural e pluriétnica brasileira, com a perspectiva de relações étnico raciais positivas para construção de uma sociedade democrática. Seu conteúdo ainda aponta que os sistemas de ensino e as entidades mantenedoras de Instituições de Ensino Superior – IES devem incentivar e criar condições materiais e financeiras para viabilizar o proposto. Bem como pesquisas sobre os processos educativos orientados por valores, visões de mundo, conhecimentos afro-brasileiros e indígenas, cabendo às coordenações o aprofundamento de estudos e também a possibilidade dos estabelecimentos de ensino estabelecerem canais de comunicação com grupos e espaços que sejam partícipes da temática. Acrescentam ainda que, as instituições estejam atentas e combatam as práticas de preconceito, discriminação e racismo e trate o último como crime.

Mesmo que prioritária para as instituições que formam professoras/es, a resolução não excluiu as demais formações no âmbito dos cursos de graduação e pós-graduação, haja vista a constituição e organização da nossa sociedade a partir relações étnico-raciais assimétricas e hierarquizadas que privilegiam os brancos desde os invasores europeus que colonizaram o país, até os que, nos dias atuais, se beneficiam da estrutura desigual que favorece a branquitude em detrimento dos demais grupos étnico-raciais que compõem a sociedade.

A atuação do GTP da ABEPSS demonstrada no Relatório 2013-2014 foi de grande importância para subsidiar as ações continuadas, o que faz compreender que as mudanças passam por ampla e orgânica construção.

O Relatório do GTP 2015-2016 demonstrou que, durante tal período o grupo conseguiu



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

avançar nos debates das ênfases e reforçar a importância de os temas estarem presentes nos espaços profissionais, ressaltando que a ampliação das argumentações, tanto na academia quanto nos espaços de ações políticas da categoria, foram propulsoras para o futuro das ações do GTP. No documento, Maria Helena Elpídio defende a tese de que a questão étnico-racial deve estar presente nos conteúdos dos três Núcleos de Fundamentação e quanto a agenda de atividades para o GTP, registram propostas de elaboração de um curso; a participação em seminários e eventos; o mapeamento de produções em revistas e anais de congressos; a construção de um documento sobre um componente curricular e a realização do Colóquio no XV ENPESS.

Um fato relevante foi a aprovação, por unanimidade, na Assembleia da ABEPSS realizada no XIV ENPESS na cidade de Natal/RN no ano de 2014, com as seguintes deliberações:

A minuta foi aprovada no Oficina Nacional da Abepss, realizada no Rio de Janeiro, em novembro de 2015. Os pontos de destaque de tal documento foram: - A inclusão, nos conteúdos curriculares obrigatórios, do debate sobre as relações sociais de classe, sexo/gênero, etnia/raça, sexualidade e geração de forma correlacional e transversal. - A realização de, no mínimo, uma disciplina que tematize o Serviço Social e as relações de exploração/opressão de sexo/gênero, raça/etnia, geração e sexualidades, preferencialmente, antes da inserção da(o) estudante no campo de estágio. Aqui, ressaltamos, ainda, as Leis 10. 639/03 e 11645/2008, assim como a Resolução nº 01 do Conselho Nacional de Educação- CNE/MEC, no que diz respeito à incorporação obrigatória do tema sobre relações étnico raciais nos currículos. - O estímulo à realização de debates, eventos, oficinas e seminários temáticos sobre as relações de exploração/opressão de sexo/gênero, raça/etnia, geração e sexualidades. - Apoio aos movimentos sociais e espaços de lutas anticapitalistas, antirracista, antipatriarcal e antiheterossexista, por meio de parcerias, projetos de extensão, pesquisa, entre outros

A ênfase de raça/etnia do GTP também apresentou no biênio as produções das colaboradoras que têm influenciado a discussão no Serviço Social, a saber: Marcia Eurico (FAPSS/SP), Roseli Rocha (IFF/FIOCRUZ), Teresa Cristina Santos Martins (UFS) e Magali da Silva Almeida (UFBA). Os Desafios/Propostas apresentados foram sistematizados para dar andamento e resultados ao GTP.

Ao final, foram definidos critérios para se estabelecer a Coordenação dos GTPs e aprovada a desvinculação da ênfase de geração e criação do novo GTP “Serviço Social, Geração e Classes Sociais”.

Referente a atuação sistematizada dos GTPs no ano de 2018, o Relatório apresentado no Colóquio aponta a realização de Seminário Temático 2017; reuniões do GTP ampliado; construção de Mesa para a Oficina Nacional de 2017 e a construção dos “Subsídios para o debate sobre a questão Étnico-Racial na formação em Serviço Social”, documento elaborado

para orientar e balizar as propostas para que as UFAs superem a invisibilidade do ensino de Relações Étnico-Raciais.

Como atividade contínua dos GTPs identificadas no período, a ampliação e qualificação do Estado da Arte; o fomento de pesquisas nessa direção; o levantamento de grupos de pesquisa nos temas que envolvam o GTP; apanhado da política de cotas dos cursos de graduação e pós-graduação e o fortalecimento dos grupos.

E as propostas ao final do Colóquio deram-se pela criação de uma Rede de Pesquisa do GTP; realização de um Seminário Nacional do GTP; Construção de um documento que subsidie o exercício profissional na temática de sexualidades e identidade de gênero e ampliação da coordenação - biênio 19/20.

O acúmulo e os desdobramentos do GTP foram expressivos e indicaram a necessidade de UFAs introduzirem o tema Relações Étnico-Raciais de forma explícita nos cursos de Serviço Social, visto que as ações do Conjunto do Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, Conselhos Regionais de Serviço Social – CRESS e da Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social – ENESSO apontavam para a mesma direção.

Os Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em serviço social da ABEPSS de 2018

Os Subsídios criados visando contribuir e direcionar o debate sobre a questão étnico racial na formação e no trabalho profissional de assistentes sociais no Brasil na ABEPSS 2018 apontam que a fundamentação teórica da profissão deve estar calcada na orientação marxista, “esforço pela apreensão da realidade” e direção ético-política vinculada às lutas da classe trabalhadora.

O documento *apud* Almeida (2018, p. 10), afirma que a argumentação é um dos desafios postos à profissão e tem contado com o posicionamento de assistentes sociais negras desde a década de 1980, bem como a articulação com o Movimento Negro e legislações como a Lei 8662/93, que mostram entre os princípios do Código de Ética a eliminação de todas as formas de preconceito.

A declaração em questão foi apresentada no XVI ENPESS e aprovada na Oficina Nacional da ABEPSS, ambos em 2018, e deveria ter sido adensada pelas oficinas articuladas entre as UFAs e ABEPSS que estavam previstas para 2019 e que não foram realizadas em virtude da Pandemia da Covid-19 (2020-2023). O documento também propôs a coleta de informações nas UFAs para a continuidade da discussão, sendo:



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

No Ensino de 2016 em diante:- Disciplinas que comparecem no conteúdo étnico racial (especificar se a natureza é obrigatória ou eletiva, periodicidade da oferta, ementa, CH, período, bibliografia); - Disciplinas específicas - que prioritariamente do conteúdo (especificar se a natureza é obrigatória e/ou eletiva, periodicidade da oferta, ementa, CH, período, bibliografia); - Oficinas, laboratórios (especificar se a natureza é obrigatória e/ou eletiva, periodicidade da oferta, ementa, CH, período, bibliografia); - Como o tema é tratado na articulação com o Estágio Supervisionado. Na extensão de 2016 em diante: - Iniciativas e sugestões de atividades promovidas por meio de atividades na área da extensão universitária; - Natureza das atividades, conteúdos, objetivos, público, metodologia, CH, periodicidade, bibliografia. Na pesquisa e produção de conhecimento de 2016 em diante: - Iniciativas e sugestões de atividades promovidas por meio de atividades na área da pesquisa e da produção de conhecimento;

- Núcleos de estudos e pesquisas; - Pesquisas registradas (concluídas e em andamento); - TCC, dissertações e teses (título, UFA/Programa, autor, ano, palavra chave); - Periódicos/temática/data/forma de acesso. Nas outras contribuições de 2016 em diante: - Atividades complementares; - Ações afirmativas (graduação e pós); - Eventos regionais com a articulação com o conjunto CFESS/CRESS; - Eventos locais, regionais e nacionais promovidos pelas UFAS; - Articulação com movimentos sociais; - Documentos de orientação e notas.

Isto posto, nota-se o rigor da entidade em realizar levantamentos acerca da realidade do ensino ofertado pelas UFAs associadas no que tange à educação para as Relações Étnico-Raciais, sendo possível vislumbrar esforço para que a temática seja introduzida na formação do serviço social.

Resistência e luta constante da ABEPSS

Os avanços nas políticas afirmativas, principalmente a partir do Estatuto da Igualdade Racial – Lei nº 12.288/2010, como reservas de vagas em cursos de graduação proporcionados pela Lei de Cotas nº 12.711/2012 e atualizada pela Lei 14.723/2023, da mesma forma as reservas de 20% das vagas de concurso público federal a negros/as previstas na Lei nº 12.990/2014 e ademais medidas adotadas no sentido de ampliar as políticas afirmativas, tentam corrigir distorções históricas, como a publicação da Portaria Normativa de 11/05/2016 do Ministro da Educação Aloisio Mercadante do Governo Dilma – PT, que dispôs à indução de Ações Afirmativas na pós-graduação.

Entretanto, com o avanço do neoconservadorismo e a eleição de um governo de ultradireita, houve a suspensão documento revogado pela Portaria nº 545 de 16/06/2020 pelo Ministro da Educação Abraham Weintraub em seu último ato. Essa decisão nefasta fez com que a ABEPSS emitisse uma nota na Revista Temporalis nº 40 (2020) “*PELA REVOGAÇÃO DA PORTARIA Nº 545/2020*” com a intenção de manifestar repúdio ao ataque à educação superior, considerando os dados estatísticos que revelam o desigual acesso a direitos de indígenas, negros/as e pessoas com deficiência. A ABEPSS, evidenciou na nota a política racista,



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

discriminatória e capacitista da medida que objetivou destruir os avanços democráticos e civilizatórios, bem como demonstrou um regime excludente e um racismo institucional, finalizando com o pedido de revogação da mesma.

Outro posicionamento relevante da ABEPSS se deu através da “Nota Da ABEPSS Em Defesa Da Luta Antirracista”, também na Revista Temporalis n° 40 (2020), que trouxe a preocupação com a violência racial no Brasil e no mundo, utilizando da narrativa da superioridade branca em relação aos “outros” sendo que, nessa categoria, destacam que os corpos negros sofrem com diversas formas de violação dos direitos humanos, principalmente o direito à vida. Considerou também o quanto essa narrativa autoriza a desumanização de corpos negros e indígenas, tendo o genocídio como resultado tanto no extermínio de suas culturas, a desvalorização e ou demonização de seus ritos religiosos, a expropriação e destruição ambiental de seus territórios e os assassinatos nas áreas urbanas ou rurais de comunidades quilombolas ou de povos originários. E, completaram na intersecção entre raça, etnia, gênero e classe social enquanto produtores da hierarquização entre indivíduos e do estigma da incapacidade intelectual, da moral rebaixada, da violência nata, das condutas desviantes e da hipersexualização que recai sobre os corpos negros.

A ABEPSS tem demonstrado, ao longo de sua história, compromisso com uma formação calcada nas legislações que fundamentam a profissão e nos princípios que o Serviço Social assumiu desde o Movimento de Reconceituação, visando a superação desse modelo de sociedade que o capitalismo forja em sua reprodução cotidiana alicerçada em desigualdades.

O resultado das lutas antirracistas da ABEPSS após a pandemia

Durante o período da pandemia do vírus Covid-19, suspenderam-se as ações presenciais e investiu-se na continuidade da pesquisa “A inserção da educação para as relações étnico-raciais no âmbito da pós-graduação na área de Serviço Social nos últimos cinco anos (2017-2022)” realizada em conjunto com os Programas de Pós-Graduação e, na construção da Plataforma Antirracista que foi lançada durante o XVII ENPESS, realizado de 14 a 17 de dezembro de 2022 na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ).

O ano de 2023 iniciou-se com uma agenda profícua quanto discussões sobre as relações étnico-raciais no serviço social brasileiro, no exercício da gestão “Em luta, seguimos atentas e fortes: Luciana Cantalice, presente!” (2023-2024), trazendo uma programação com ações na perspectiva antirracista.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

As Oficinas Regionais de 2023 com o tema: "Formação antirracista e projetos societários no contexto da flexibilização do ensino superior" foram fundamentais para subsidiar a Oficina Nacional da ABEPSS 2023, realizada de 27 até 29 de outubro de 2023 na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) em Recife, com o tema: "Formação antirracista e projetos societários no contexto da flexibilização do ensino superior". Ainda no escopo da pós-graduação propuseram a realização de uma pesquisa, um GT e uma Reunião com as coordenações de pós-graduação antes da Oficina Nacional.

Portanto, considera-se que a ABEPSS tem seguido com uma agenda vigorosa, ética, política e comprometida com uma formação antirracista no serviço social brasileiro, o que reafirma sua relevância e contribuição históricas.

Referências

ABMES. *Portaria Normativa n° 13 de 11/05/2016 que dispõe sobre a indução de Ações Afirmativas na Pós-Graduação e dá outras providências*. Disponível em: <https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/3192/portaria-normativa-mec-n-13>. Acesso em: 12 nov. 2022.

ABMES. *Portaria n° 545 de 16/06/2016 que revoga a Portaria Normativa MEC n° 13 de 11/05/2016*. Disponível em <https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/3192/portaria-normativa-mec-n-13>. Acesso em: 13 nov. 2022.

ABEPSS. *Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social*. ABEPSS, 1996. Rio de Janeiro. https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf. Disponível em 11/11/2022; Acesso em: 11 nov. 2022.

ABEPSS. *Gestão ABEPSS realiza balanço de 2023-2024*. Brasília. 2023. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/noticias/gestao-abepss-realiza-balanco-de-2023-644>. Acesso em: 12 mar. 2023.

ABEPSS. *Diretrizes Curriculares elaboradas pela equipe de especialistas de 1999*. Brasília. https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311140412406970.pdf. Disponível em 12/11/2022; Acesso em: 12 nov. 2022.

ABEPSS. *Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social Resolução n° 15, de 13 de março de 2002*. Brasília. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311141012990370.pdf. Acesso em: 13 nov. 2022.

ABEPSS. *Subsídios para o Debate Sobre a Questão Étnico-Racial na Formação em Serviço Social*. Vitória: ABEPSS, 2018. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/subsidio_debate_uestao_etnico_servico_social



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

201812041419427146430.pdf. Acesso em: 15 nov. 2022.

ABEPSS. *Grupos Temáticos de Pesquisa (GTP) Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Feminismos, Raça/Etnia e Sexualidades*. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/gtps/tema-6/ementa-14>. Acesso em: 16 nov. 2022.

ABEPSS. *Relatório do GTP Relações de Exploração e Opressão de Gênero, Feminismos, Raça/Etnia e Sexualidades biênio 2015-2016*. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/relatorio-gtp-opressoes-gestao-20152016-201810081124017720780.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2022.

ABEPSS. *Relatório do GTP Relações de Exploração e Opressão de Gênero, Feminismos, Raça/Etnia e Sexualidades biênio 2013-2014*. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/gtp-genero-relatorio-gtp-2015-ultima-versao-201808221711312603580.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2022.

ABEPSS. *Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades*. Revista Temporalis n° 27. v. 14 n. 27 (2014):.

ABEPSS. Nota da ABEPSS em defesa da luta Antirracista. Revista Temporalis. v. 20 n. 40 (2020): *As Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviço Social*. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/32921>.

ABEPSS. Nota da ABEPSS pela Revogação da Portaria 545/2020 do MEC. Revista Temporalis. v. 20 n. 40 (2020): *As Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviço Social*. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/32922>. Acesso em: 18 nov. 2022.

ALMEIDA, S. D. *Serviço Social e relações raciais: caminhos para uma sociedade sem classes*. Revista Temporalis, ABEPSS. Brasília, vol.15, n.29, p. 331-333, 2015.

BRASIL. *Lei 8.662/1993 que dispõe sobre a profissão de Assistente social e dá outras providências*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8662.htm. Acesso em: 07 nov. 2022.

BRASIL. *Lei 10.639/2003 altera a Lei 9.394 de 20 de novembro de 1996, que estabelece as bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências*. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 08 nov. 2022.

BRASIL. *Lei 11.645/2008 altera a Lei 9.394 de 20 de novembro de 1996, modificada pela Lei 10.639, de 09 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena"*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 09 nov. 2022.

BRASIL. *Lei 12.288/2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial, altera as Leis n°s 7.716 de 05 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24*



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

de novembro de 2003. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm. Acesso em: 10 nov. 2022.

BRASIL. *Lei 12.711/2012 que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências*. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 11 nov. 2022.

BRASIL. *Lei 12.990/2014 que reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União*. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12990.htm. Acesso em: 14 nov. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. *Resolução nº 1 do Conselho Nacional de Educação de 17/06/2004 Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2022.

CFESS. *Assistente Social no combate ao preconceito – Caderno 3: “Racismo”*. Brasília: CFESS, 2016.